



PBPC
ISSN 2674-9432



Qualis A3
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex



Indexado no
Acadêmico

TEMPO, CULTURA CAMPONESA E A TRANSIÇÃO DOS FLUXOS: UM ENSAIO TEÓRICO A PARTIR DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DE IBITIPOCA (MG)

Bruno Pereira Bedim ¹



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p1736-1758>

Artigo recebido em 12 de Dezembro e publicado em 29 de Dezembro de 2025

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

A partir de evidências empíricas resultantes de pesquisas anteriores do autor na Serra de Ibitipoca (MG), este artigo propõe uma construção teórica e (re)interpretação conceitual dos fenômenos sociais observados, a partir de uma análise crítica – elegendo o ‘tempo’ como categoria analítica fundamental. Tendo em vista os usos e os sentidos culturais do tempo, o artigo discute a experimentação de ritmos diferenciados de tempo verificados numa formação social e econômica específica presente na Serra de Ibitipoca (MG) – um contexto de reestruturação da esfera produtiva: a transição econômica da agricultura de subsistência para o turismo. Assim como na ‘lógica do tempo’ da agricultura, demonstra-se como o turismo se (re) produz a partir da disparidade entre o tempo de trabalho e o de produção. No universo que permeia a temporalidade camponesa, a marcação do tempo advém de fenômenos naturais cíclicos. Por sua vez, o tempo do turismo se atrela diretamente ao calendário urbano-industrial, ao tempo de não-trabalho do turista, à incidência de feriados prolongados e ao ritmo da esfera produtiva nas grandes metrópoles. A partir do momento que as mudanças e os sentidos dos usos culturais do tempo são conhecidos, torna-se possível mapear o padrão de interdependência do “presente” eminentemente “turístico” em relação a um “passado” predominantemente “camponês” que ainda está atuando sobre os espaços, indivíduos e grupos sociais. Da articulação produtiva que define a prestação de serviços diretos ou indiretos ligados ao turismo às formas mais elementares de interação entre o homem e a terra (o camponês e seus meios de produção): eis as esferas produtivas que compõem a atual conjuntura histórico-social de Ibitipoca, contexto permeado por permanências e mudanças; diferenças e contradições.

Palavras-chave: Tempo; Cultura Camponesa; Agricultura; Turismo; Serra de Ibitipoca (MG); Campesinato



TIME, PEASANT CULTURE, AND THE TRANSITION OF FLOWS: A THEORETICAL ESSAY BASED ON EMPIRICAL EVIDENCE FROM IBITIPOCA (MG)

ABSTRACT

Based on empirical evidence resulting from the author's previous research in the Serra de Ibitipoca (MG), this article proposes a theoretical construction and conceptual (re)interpretation of observed social phenomena, through a critical analysis – selecting 'time' as a fundamental analytical category. Considering the cultural uses and meanings of time, the article discusses the experimentation with different rhythms of time observed in a specific social and economic formation present in the Serra de Ibitipoca (MG) – a context of restructuring within the productive sphere: the economic transition from subsistence agriculture to tourism. Just as in the 'logic of time' of agriculture, it is shown how tourism (re)produces itself based on the disparity between working time and production time. In the universe that permeates peasant temporality, the marking of time stems from cyclical natural phenomena. In turn, tourism time is directly linked to the urban-industrial calendar, the tourist's non-working time, the incidence of long weekends, and the rhythm of the productive sphere in large metropolises. From the moment the changes and meanings of the cultural uses of time are known, it becomes possible to map the pattern of interdependence of the eminently "tourist" "present" in relation to a predominantly "peasant" "past" that is still acting on spaces, individuals, and social groups. From the productive articulation that defines the provision of direct or indirect services linked to tourism to the most elementary forms of interaction between man and the land (the peasant and his means of production): these are the productive spheres that make up the current historical-social conjuncture of Ibitipoca, a context permeated by continuities and changes; differences and contradictions.

Keywords: Time; Peasant culture; Agriculture; Tourism; Ibitipoca Mountain; Peasantry

Instituição afiliada – UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)

Autor correspondente: Bruno Pereira Bedim - E-mail: bruno.bedim@ufop.edu.br

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

O tempo, devido às abstrações que envolvem seus usos e sentidos, nem sempre é concebido no âmbito acadêmico enquanto categoria de análise passível de análise empírica. Apreendido como símbolo de origem humana, o tempo é um instrumento necessário à tarefa de se captar e entender, de forma mais aprofundada, as mudanças perceptíveis situadas no tempo e no espaço que envolvem o fenômeno turístico e suas respectivas interfaces com as esferas produtivas pretéritas ao desenvolvimento do turismo nos lugares.

Para Elias (1998, p.31), nas sociedades diferenciadas o tempo¹ assume um caráter multifuncional, ao qual correspondem à extensão e à diversidade de seus usos. Por sua vez, a experiência do tempo imbrica processos físicos e sociais em sua composição, variando de acordo com as necessidades e os estágios de desenvolvimento das diferentes sociedades – sendo tanto um meio coercitivo quanto um mecanismo de orientação das atividades humanas em distintos espaços². Assim como os meios de transporte ou os instrumentos de trabalho, “o tempo é algo que se desenvolveu em relação a determinadas intenções e tarefas específicas dos homens” (Elias, op.cit., p.15). Por conseguinte, a regulação social do tempo se apresenta como traço de um processo civilizador.

Na perspectiva de George Marcus (1991), é preciso ligar o espaço localizado em que são produzidas as observações etnográficas ao curso da história, ao seu tempo histórico e aos seus movimentos; explicar os fenômenos sociais a partir de suas origens; problematizar o seu tempo, entender a memória do espaço como um processo social e representá-la textualmente; captar o seu passado que se faz presente na confluência dos tempos históricos.

¹ O conceito de tempo, para Norbert Elias (1998, p.11), “não remete nem ao ‘decalque’ conceitual de um fluxo objetivamente existente nem a uma forma de experiência comum à totalidade dos homens, e anterior a qualquer contato com o mundo. O tempo não se deixa guardar comodamente numa dessas gavetas conceituais onde ainda hoje se classificam, com toda a naturalidade, objetos desse tipo”.

² Neste sentido, Lefebvre (1982, p.136) pontua que “existe uma grande luta, ora visível, ora invisível, em torno do tempo, bem como em torno do espaço social, para saber como utiliza-los, isto é, como empregá-los. Tem-se em vista também a produção eventual de um tempo e de um espaço diferentes”.



A análise de um espaço e de uma cultura rural em transformação, por sua vez, suscita a problematização do tempo de reprodução da unidade familiar de produção, isto é, uma ótica que se desdobre ao longo das gerações que em algum momento coexistiram num dado lugar – camponeses que nasceram no campo, conviveram juntos, trabalharam juntos, envelheceram e subsistiram na mesma porção territorial em que nasceram – mas que, por uma combinação de fatores, num dado momento histórico se viram num contexto de transformações estruturais.

Da articulação produtiva que define a prestação de serviços diretos ou indiretos ligados ao turismo às formas mais elementares de interação entre o homem e a terra (o camponês e seus meios de produção): eis as esferas produtivas que compõem a atual conjuntura histórica de Ibitipoca, contexto permeado por permanências e mudanças; diferenças e contradições.

Fenômenos sociais, costumes, espaços, indivíduos e grupos humanos possuem ritmos diferenciados de transformação na história, assim como a formação econômico-social que os envolve. Daí a necessidade – e o desafio – de se discutir o tempo enquanto categoria de análise empírica – já que os arranjos atuais resultam de movimentos que ocorreram no passado e que, apesar de não os vemos mais, estão atuando sobre o fragmento da realidade social que tomamos em separado para estudar. Tudo porque, no atual contexto “turístico” de Ibitipoca, assiste-se à permanência (resistência?) de estruturas sociais geradas num período anterior, notadamente marcadas pelo modo de vida camponês e suas variantes culturais e socioeconômicas.

Tal contexto nos remete à lógica da simultaneidade anunciada por Henri Lefebvre ao discorrer sobre o embaralhamento do tempo na modernidade – tendo em vista que o tempo de reprodução do capital exige que diferentes coisas aconteçam ao mesmo tempo, permitindo assim a coexistência de formações sociais de diversas épocas – sendo possível observar num território restrito estágios “arcaicos” de existência ao lado do ultra-moderno, donde os conjuntos recentes se compõem a partir de mosaicos conjugados de diferentes eras. Assim, a Serra de Ibitipoca é uma multiplicidade de tempos, da qual nós só registramos alguns fragmentos e onde os diferentes eventos são produzidos não apenas pelas demandas do tempo



presente, e sim, pela co-ação de um passado que se atualiza, resiste, coexiste. A nossa práxis interpretativa, por sua vez, pode apoiar a releitura dos “vestígios históricos” de uma memória relacionada às várias inserções sociais e espaciais dos diferentes sujeitos com os quais lidamos em nossas pesquisas. O entrelaçamento entre memória, espaço e sociedade, assim, articula elos capazes de tornar os homens sujeitos de seu tempo.

Os desdobramentos sociais do turismo nos lugares não suscitam apenas problemas históricos, a pesquisa de suas origens ou antecedentes. Em Ibitipoca, o fenômeno turístico não define apenas a transformação social refletida em determinada época e num dado espaço, mas uma dimensão que pertence à reconstrução de um tempo histórico, um fato inaugurador que implica não a ruptura do tempo presente, mas em continuidades descontínuas; mudanças. O que o turismo provoca ou provocou lá se refletirá para sempre, mesmo que o turismo venha a ser, um dia, extinto de nossa civilização.

Tais consignações movem o nosso esforço metodológico no sentido de situar a produção do “espaço turístico” no fluxo do devir – já que a determinação do tempo, assim como os processos de produção do espaço, têm funções sociais precisas³. Tanto o tempo quanto o espaço não independem da realidade humana: a produção do espaço turístico é, pois, construção das representações humanas no curso do devir. A partir da problematização dos “tempos da pesquisa”, podemos interpretar as transformações observadas em Ibitipoca, situar quadros de referência na história e, ainda, descrever e analisar as mudanças que o fenômeno turístico confere ao lugar, compreendendo os seus antecedentes, as suas condições e as possíveis tendências de seu desenvolvimento.

METODOLOGIA

A partir de evidências empíricas resultantes de pesquisas anteriores do autor na Serra de Ibitipoca (MG) (Bedim, 2005; 2008; 2016), este artigo propõe uma construção teórica e (re)interpretação conceitual dos fenômenos sociais observados, a partir de uma

³ Cf. Elias (1998).



análise crítica – elegendo o ‘tempo’ como categoria analítica fundamental.

O autor, por sua vez, utilizou-se das observações empíricas de suas pesquisas precedentes⁴ para sustentar a argumentação, testar e/ou refinar embasamentos teóricos já existentes e problematizar novos pontos de vista sobre o tema.

O materialismo dialético foi o paradigma filosófico-metodológico a nortear os estudos. Desde 2004 o autor realiza trabalhos de campo na Serra de Ibitipoca, partindo-se de observações diretas sistematizadas, as quais se basearam no método etnográfico para se investigar aspectos do cotidiano local face ao desenvolvimento do turismo na região⁵. Aliando a pesquisa documental à história oral, adotou-se a perspectiva intergeracional dos processos sociais, diagnosticando trajetórias e estratégias de reprodução das unidades de produção familiar camponesas face as situações de mudança – distribuindo espacialmente a amostragem a partir de um contorno zonal circundante aos limites territoriais do parque (Bedim, 2016; Bedim, 2008).

A CULTURA CAMPONESA E SUA TEMPORALIDADE

O camponês é um sujeito histórico dependente dos sinais espaço-temporais de seu meio; desde cedo aprende a interpretar os códigos que definem o tempo da terra em que trabalha. O tempo camponês está atrelado a um modo de vida permeado por uma maior interdependência da repetição de seqüências ditadas por fenômenos naturais – estações do ano, período chuvosos ou secos; frios ou quentes; tempo de plantio e tempo de colheita; percepção da influência das fases da lua na caça, pesca e afazeres do cotidiano rural; períodos de maior ou menor incidência de cio nos rebanhos eqüinos e bovinos; épocas mais ou menos propensas à reprodução ou abate dos pequenos animais domésticos; momentos do dia mais propícios à poda das árvores, à ordenha ou ao curandeirismo de doenças. Para o camponês, o tempo cíclico é, pois, uma de suas formas elementares de apreensão do mundo.

⁴ Na ocasião, foram analisadas as interações entre forças produtivas e relações de produção identificadas a partir de dados empíricos coletados em uma formação econômica e social específica presente na Serra de Ibitipoca (Bedim, 2016); Bedim (2008); Bedim (2005).

⁵ Tendo em vista a trajetória histórico-social de implantação e uso público do Parque Estadual do Ibitipoca, a pesquisa discutiu os subseqüentes processos derivados da apropriação de seu entorno “rural” pelo turismo – enfocando o movimento processual de transformação de espaços até então caracterizados por atividades agrícolas de subsistência e peculiares formas de organização social.



Segundo Diegues (2002), a vida de muitas comunidades de pequenos agricultores está vinculada à representação simbólica do tempo cíclico, a partir da qual configuram-se complexos calendários agrícolas – já que tudo no cosmo está atrelado aos ciclos naturais da própria vida, incluindo nascimento, morte, renascimento. Assim, na simbologia do tempo camponês:

Há o tempo para fazer a coivara, preparar a terra, semear, capinar e colher [...]. Uma vez terminado esse ciclo, ele recomeçará no período seguinte. Em muitas dessas comunidades, essas atividades são comandadas por sinais, como o aparecimento de uma lua determinada, da chuva, etc. Esses “tempos” são muitas vezes celebrados por festividades que marcam o início ou o fim de determinada safra – a colheita, por exemplo (Diegues, 2002, p.56-7).

No mundo rural, a sucessão irreversível dos anos traduz-se em representações simbólicas cíclicas, donde os acontecimentos naturais e sociais orientam as ações humanas no fluxo contínuo de um devir que não se repete, apesar de permeado por fenômenos recorrentes – estações do ano, fases da lua, piracemas, estiagens, flolescências, etc. Mircea Eliade (1991), aliás, considera o *ano* uma criação das sociedades agrícolas – cuja concepção provém da estrutura lunar, já que as fases da lua e os fenômenos a ela correlacionados expressam periodicidades que permitiram às sociedades agrícolas medir o tempo⁶.

O *habitus* camponês é, pois, um modo peculiar de existir no tempo histórico, cujas construções simbólicas independem de horários regulados mecanicamente ou de mecanismos de produção em série. A *campesinidade*⁷ traz em si uma temporalidade aprisionada em sua própria manifestação; signos cíclicos conjugados num modo de vida. O ritmo das águas, do solo, dos animais e das plantas orienta as estratégias de (re)produção do homem rural, donde códigos *culturalmente naturais* – ou seja, um conjunto de indicadores espaço-temporais revelam ao camponês os “sinais do tempo” e se apresentam como marcadores rituais dos períodos de vida⁸ e de trabalho.

⁶ Mircea Eliade (op.cit., p.69) observa ainda que na medida lunar do tempo têm-se a representação simbólica dos ciclos da vida – nascimento, morte, renascimento: “os ritmos lunares sempre marcam uma ‘criação’ (a lua nova) seguida de um crescimento (lua cheia) e de uma morte (as três noites sem lua)”.

⁷ O termo *campesinidade* está denotado aqui conforme o conceito proposto por Woortmann (1990).

⁸ Carlos Rodrigues Brandão (1999, p.84), por sua vez, traz algumas considerações sobre a importância do tempo cíclico para os grupos camponeses das encostas da Serra da Mantiqueira situadas nas divisas entre



Neste sentido, Brandão (1999, p.90) destaca a necessidade de se compreender a diversidade que permeia o tempo camponês, já que suas manifestações se apresentam a partir de variados indicadores, incluindo “o sentimento do tempo vivido como imaginário, conhecimento, preceito e gramática da vida individual e coletiva”. Têm-se, assim, os indicadores de natureza cósmica; os do ambiente imediato, mais próximo do camponês; os do efeito de seu trabalho incorporando a natureza à sociedade; os das relações entre os ciclos do mundo natural e as repetições cíclicas/anuais das atividades domésticas no espaço peridomiciliar⁹ os códigos do calendário de festas dos grupos sociais e seus significados identitários, etc.

Por sua vez, Margarida Moura (1986) destaca as representações e práticas sociais do modo de vida camponês, sublinhando as formas culturais próprias de sua organização econômica. A partir das condições físicas de seu meio (solo, chuvas, relevo, etc.) e a subsequente transformação da terra e de sua força de trabalho em mercadoria, tem-se o papel do camponês em movimentar economias e sociedades que o subjugam; o cultivador que trabalha a terra e dela extrai o seu sustento e alimenta outros com o excedente de sua produção. Não por acaso a palavra *lavrador* – comumente utilizada pelos atores sociais de Ibitipoca ao se auto-identificarem profissionalmente – advém do termo latino *labor*, o qual não apenas significa trabalho, incorporando ainda o sentido e a conotação de dor, cansaço, fadiga, simbolizando o tempo de trabalho do homem a transformar a terra e a si próprio; a luta diária do *lavrador* em interagir com as adversidades espaço-temporais do meio em que vive¹⁰. Seu envolvimento direto com os elementos da natureza conotam uma multiplicidade simbólica de “sentidos e sinais simbólicos, para quem observa o mistério da terra, da água e do ar” (Moura, op.cit., p.22), ritos e mitos que circundam

Minas e São Paulo: “Aqui valem de pouca coisa as ‘folhinhas’ e as previsões do tempo dadas pela televisão. Verdade que a cada dia elas invadem mais e se inscrevem neste cenário montanhoso de matas e rios, de bichos criados e soltos, de plantas naturais, de lavouras perenes (que o censo do IBGE chamará de ‘permanente’) e, mais do que tudo, de lavouras temporárias com os seus ciclos próximos ou desiguais, elas sim e tudo o que muda à sua volta com influência importante sobre elas, os verdadeiros marcadores do tempo, aqui”.

⁹ Entende-se por espaço peridomiciliar a área circundante à residência camponesa, a qual compreende a horta, o pomar e o quintal, entre outros.

¹⁰ Não obstante, Moura (1986) destaca ainda que Chayanov (1974) utilizara a palavra russa *tyagostnost* para traduzir o sofrimento do trabalho do camponês e seu respectivo esforço despendido ao trabalhar a terra e dela retirar as bases de sua existência.



o seu modo de vida e sua interação com o tempo e o espaço envolvente:

... o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convencionamos chamar de *ciência* (Moura, 1986, p.9).

De acordo com Martins (1993, p.36), a concepção do tempo dos indivíduos e grupos camponeses difere do tempo do pesquisador e dos contextos sociais em que estes estão inseridos¹¹, já que aqueles estão imersos num tempo cósmico e, ainda, “o nosso tempo não tem nada a ver com o tempo ‘deles’. O nosso tempo é um tempo linear, começa tal hora e termina tal hora, com tantos minutos, tantos segundos, e assim por diante. O tempo para eles é completamente outra coisa...”.

A temporalidade camponesa, tal qual exposta aqui, será contrastada com os ritmos diferenciados de experiência do tempo inseridos em Ibitipoca a partir da gênese do turismo na região, conforme veremos a seguir.

INTERFACES ESPAÇO-TEMPORAIS ENTRE AGRICULTURA E TURISMO

Turismo e agricultura não são esferas produtivas hermeticamente fechadas; temporalidades difusas e complementares lhes permeiam. Contudo, reconhecer os aspectos temporais que envolvem tais fenômenos requer o exercício de olhar além da cronometria que atravessa o cotidiano urbano-industrial. O relógio de pulso, tal qual o concebemos, pode não significar muita coisa para quem não toma ônibus ou metrô diariamente, para quem não depende de ponto eletrônico no trabalho, para quem

¹¹ “A dimensão do tempo é essencial para decifrar os movimentos sociais. Ela tem implicações metodológicas. É na inversão do tempo ou, ao menos, na redefinição do tempo, que o estudioso dos movimentos sociais se transforma em instrumento de momento do seu objeto, através da experiência de se transformar em experiência do outro” (Martins, 1993, p.40)



carece de energia elétrica em casa e cujo tempo ainda não é ditado pela programação da televisão. No universo camponês, em certo sentido, o tempo é outro¹². Se quisermos captar essa temporalidade, será preciso olhar para os sinais que o céu, as árvores ou os bichos emitem. Da mesma forma, olhemos para a ânsia dos turistas a contemplar, no Parque Estadual do Ibitipoca, os sinais da natureza. Os turistas estão a observar árvores, nuvens e bichos. Mas nem sempre percebem o tempo que eles sinalizam. Ao contrário, buscam nesses elementos a fuga da agitação da metrópole, portanto fogem de um cotidiano acelerado e anseiam por uma outra temporalidade, a qual não deve lembrar em nada o “caos urbano” de onde saíram. Mas só saíram de lá às custas do tempo. Qual tempo? O tempo de trabalho, que por sua vez gerou o tempo de não-trabalho preenchido com as férias remuneradas que eles foram desfrutar em Ibitipoca.

A experiência turística na Serra de Ibitipoca, assim, pressupõe uma dialética do tempo, já que o tempo de trabalho de uma parcela da população rural local passa a ser ditado pelo tempo de não-trabalho das populações urbanas que visitam tal espaço. Não obstante, a inserção de atividades não-agrícolas no lugar suscita a submissão das atividades profissionais locais a horários cada vez mais “exatos”, cronometrados, em oposição ao “tempo da agricultura” e seu expoente campesino.

Bosi (1992, p.11) salienta que, assim como o tempo camponês, o tempo da cultura popular também é cíclico-sazonal¹³, fundamentando-se no retorno a situações da memória grupal: “Tempo sazonal, tempo do lavrador, marcado pelas águas e pela seca. Tempo lunar: tempo das marés, tempo menstrual. Tempo do ciclo agrário, da semeadura à ceifa, com a pausa necessária ao repouso da terra. Tempo do ciclo animal [...]”. Como oposição básica ao tempo cíclico, tem-se a aceleração do tempo a partir de ritmos seriados a ditar o tempo de trabalho em série.

Por sua vez, o turismo em Ibitipoca traduz a relação dialética entre *ciclo* e *série*

¹² O pesquisador desatento, aliás, na ânsia de concluir a tempo uma entrevista para não ter que retornar à noite pela estrada, perguntou ao velho camponês que horas eram. Eis a resposta que recebeu: “– Não tenho relógio não, moço. Não uso há anos”.

¹³ “O tempo da cultura popular é cíclico. Assim é vivido em áreas rurais mais antigas, em pequenas cidades marginais e em algumas zonas pobres, mas socialmente estáveis, de cidades maiores. O seu fundamento é o retorno de situações e atos que a memória grupal reforça atribuindo-lhes valor” (Bosi, 1992, p.11).



a partir da experimentação de ritmos diferenciados de tempo, já que, assim como o tempo cíclico- sazonal do universo camponês, o tempo do turismo é permeado pela sazonalidade da demanda – uma vez que a mesma se distribui irregularmente no tempo, concentrando o fluxo de turistas em determinadas épocas do ano. A marcação do tempo, na agricultura, advém do ciclo das lavouras temporárias, das invernadas do gado, da rebrota das pastagens. A marcação do tempo, no turismo, se atrela diretamente ao calendário urbano-industrial, ao tempo de não- trabalho do turista, à incidência de feriados prolongados e ao ritmo da esfera produtiva nas grandes metrópoles.

Para o camponês, contudo, um feriado nacional pode não significar muita coisa. Suas tarefas diárias não são diretamente afetadas pelo calendário nacional, salvo, quando se trata de um dia santo que envolva algum ritual ou crença do catolicismo popular. De pouco importa, por exemplo, o dia mundial do trabalho, 1º de maio. O camponês desconhece catraca/ponto eletrônico ou quota de produtividade diária. Ele é seu próprio patrão e determina o seu tempo de trabalho na terra. O 1º de maio, para o camponês de Ibitipoca, é um dia como outro qualquer, em que é preciso alimentar os animais, aguar as plantas, apanhar lenha, consertar cercas ou pastorear o rebanho¹⁴. O leite no úbere das vacas não pode esperar o feriado passar, sob a pena de prejuízos. Ao contrário do tempo de não-trabalho dos turistas, o cotidiano camponês, assim, é relativamente independente do calendário convencional de uma metrópole ocidental, ou ainda, mais especificamente, do país:

Se uma data nacional, como a Independência ou a Proclamação da República, chega ao conhecimento do camponês, não lhe altera a substância simbólica do tempo, como ocorre num dia de festejos de um santo padroeiro. A festa deste é forte o suficiente para gerar a parada do trabalho, enfim, a alteração do cotidiano nas áreas rurais, mesmo que não esteja prevista no calendário nacional (Moura, 1986, p.22).

¹⁴ Entre 24 de abril e 06 de maio de 2007, efetuamos trabalhos de campo em Ibitipoca, quando foram produzidas tais observações. Ao camponês de Ibitipoca, o *dia mundial do trabalho* (1º de maio) pouco altera sua rotina de trabalho, ao passo que, dois dias seguintes a esta data – 03 de maio, quando é celebrado o terço de Santa Cruz, na Serra – suas atividades são parcialmente paralisadas em respeito ao dia santo.



Tais constatações revelam não apenas o quão significativo é a religião para a cultura camponesa, bem como reforçam a crença do homem rural nos “poderes sagrados” da natureza e sua respectiva devoção a elementos marcantes da paisagem natural – tal qual o Paredão de Santo Antônio, o Morro do Cruzeiro e o Pico do Pião, em Ibitipoca.

Pritchard, citado por Leff (2000, p.118), pontua que “o tempo está estruturado ao redor de eventos sociais e econômicos significativos”, sendo que os sistemas temporais das diferentes culturas estão atrelados às cosmologias das mesmas. Por conseguinte, a diversificação e adaptação das estratégias de reprodução social em determinadas populações humanas ditas *tradicionais* articulam a otimização do uso de sua força de trabalho, ajustando-a às condições ecológicas regionais. Tal processo de *transformação cultural da natureza* denota, assim, formas complementares de manejo dos recursos disponíveis.

Na contemporaneidade, contudo, o sistema econômico mundial estaria imprimindo novas temporalidades às práticas de uso dos recursos naturais, acelerando o ritmo de transformação da natureza pelo homem. Como contraponto a tais acelerações, tem-se a organização social produtiva do camponês, a qual pressupõe a assimilação cultural dos processos ecossistêmicos do ambiente envolvente – o que Leff (op.cit., p.97) denomina de “racionalidade da produção rural e das economias de auto-subsistência” –, a qual integra valores culturais específicos, indissociáveis, pois, de seus fatores ecológicos¹⁵.

¹⁵ Teodor Shanin (1980, p.48) assinala que “o ritmo de vida da aldeia e do grupo doméstico camponês reflete, nitidamente, os principais ciclos ‘naturais’, ou seja, o ano agrícola” – ou seja, uma percepção circular do tempo.



FIG.1: O TURISMO E A IMAGEM DO TEMPO

Um grupo de turistas observa a sombra projetada pelo ponteiro do relógio equinocial numa manhã de outono. Em Ibitipoca, esse instrumento de medição do tempo capta o tempo cíclico e o informa, em termos seriados, aos visitantes do parque, os quais estão em gozo de seu tempo de não-trabalho e, dialeticamente, determinam o tempo de trabalho da população rural local que lhes presta serviços diversos. O turismo, assim, altera o uso e o sentido do tempo camponês à medida que as inovações nos mecanismos de comunicação e transporte reduziram as distâncias globais, sob signos de modernidade a imprimir velocidade ao tempo. **Foto: Bruno Bedim, maio/2007.**



FIG.2: METAMORFOSES DO TEMPO CAMPONÊS

Roçado de feijão-da-seca plantado sob a técnica milenar da coivara, no mês de fevereiro, durante a lua crescente, e dias antes do início da quaresma. Diretamente ligado ao tempo cíclico, o seu plantio se dá entre fevereiro e março – aproveitando-se as últimas chuvas do verão –, para ser colhido em junho ou julho e, assim, abastecer a família camponesa nos períodos de seca. **Foto: Bruno Bedim/abril 2007, Serra de Ibitipoca.** Tais ritmos diferenciados da experiência do tempo estão atrelados às relações sociais de produção, mesmo que se tratem de esferas produtivas engendradas pelo uso do tempo de não-trabalho, tal qual é o tempo apropriado pelo lazer e o turismo na contemporaneidade.

Para Chayanov (1974), é o próprio camponês quem determina por si mesmo a intensidade e o tempo de seu trabalho, sendo que as relações sociais de produção local influenciam a produtividade e a remuneração de seu trabalho, e que a exploração da unidade familiar de produção está diretamente vinculada ao tipo de atividade e cultivo realizados, e ao tempo-espço em que ela se insere.

Uma interpretação possível do “tempo camponês” permite-nos deduzir que tais pressupostos estão vinculados ao reaparecimento regular de certos modelos seqüenciais, como os ciclos das estações do ano, em que representações simbólicas



são menos dependentes do tempo do relógio e onde os acontecimentos do cotidiano rural servem como quadro de referência – diferindo, pois, dos quadros temporais urbano-industriais dos turistas.

Karl Marx, por sua vez, destaca a diferenciação entre ‘tempo de trabalho’ e ‘tempo de produção’, bem como a desigualdade existente entre os períodos de trabalho de acordo com os diferentes setores produtivos. Neste sentido, Raymond Aron (2003, p.342) pondera que, na agricultura, as diferenças entre o ‘período de trabalho’ e o ‘período de produção’ são facilmente identificáveis, uma vez que o tempo dedicado à produção se dá a partir de uma conjugação entre fatores naturais e o tempo despendido no trabalho:

É preciso um certo período de trabalho para adequar o solo a produzir colheitas. Uma vez terminado esse período de trabalho, é preciso, como dizia Bergson, esperar. Esperar a primavera seguinte e a colheita. Se são florestas que se plantam, por exemplo, e se há necessidade de lenha, constata-se que o período de trabalho não equivale ao tempo de produção [...]. Além do tempo necessário para o trabalho, há uma duração ou um tempo necessário ao desenvolvimento do esforço exercido pelo trabalho humano. O tempo de produção não está simplesmente em função do período de trabalho, mas também de circunstâncias naturais (Aron, op.cit., p.342).

Dessa forma, Aron estabelece um paralelo entre o ciclo de (re)produção e circulação do capital e as fases de produção e circulação experimentadas na agricultura. Ao agricultor, é preciso saber o tempo exato de semear e colher; é necessário colocar a semente na terra e criar condições técnicas favoráveis ao desenvolvimento da lavoura, mas o agricultor não trabalha durante todo o tempo de produção; o ciclo de crescimento das espécies vegetais plantadas e sua reprodução biológica como um todo escapam ao seu **trabalho na terra**. Contudo, o **trabalho da terra** é permanente, já que a terra em si e suas circunstâncias ‘naturais’ é que processam a transformação das sementes em grãos, frutos ou tubérculos, entre outros. Ao final desse processo (culturalmente biológico?), contudo, o agricultor se apropria da colheita e a oferece no mercado. Diante disso, tem-se uma representação possível da produção agrícola no mundo da mercadoria e suas interfaces:



- i) A engrenagem humana que faz a natureza produzir alimentos se apresenta como metáfora reveladora da distinção entre o tempo de trabalho e o tempo de produção, já que o trabalho do agricultor é descontínuo no processo produtivo, a passo que a terra, *mutatis mutandis*, processa a transformação das sementes em gêneros alimentares;
- ii) Neste processo, há a subsequente transferência de valor para a terra, um valor que é em seguida transformado em mercadoria quando as colheitas são oferecidas no mercado, sendo que as condições técnicas de produção agrícola induzem a modificações na composição orgânica do capital;
- iii) Por conseguinte, tem-se, pois, uma sincronicidade diacrônica do trabalho agrícola face aos pressupostos marxistas da auto-reprodução do modo de produção capitalista. Ou seja, a reprodução social da vida humana se dá a partir de uma vida contínua, linear, garantindo uma subsistência permanente apesar de fracionada pelo tempo, já que é a partir de tempos descontínuos de trabalho na agricultura que os seres humanos produzem alimentos e se sustentam ao longo das eras.

Nesta perspectiva, a metáfora da agricultura no reino da mercadoria se dá pela disparidade entre o tempo de trabalho e o da produção, trazendo em si a transformação da matéria pelo trabalho do homem, e, na seqüência, as metamorfoses do próprio capital personificado na mercadoria.¹⁶

Assim como a 'lógica do tempo' na agricultura, **o turismo se (re)produz a partir da disparidade entre o tempo de trabalho e o de produção**. O tempo livre a ser gozado pelo turista e personificado nas férias remuneradas, só pôde existir enquanto

¹⁶ Tal processo é assim interpretado por Aron: "O ciclo econômico descrito por Marx é ao mesmo tempo comparável ao ciclo das estações que determina o ciclo de produção e de reprodução da agricultura. É comparável ao ciclo da atividade humana. Fica claro que a teoria da circulação ou da auto-reprodução tem sua primeira imagem no trabalho da terra. [...] Mas o trabalho da terra é descontínuo e, simultaneamente, o sustento dos trabalhadores é permanente. Daí a idéia segundo a qual o tempo de produção não se confunde com o tempo de trabalho. Essa disparidade entre tempo de produção e tempo de trabalho aparece com clareza no trabalho da terra. O agricultor não trabalha permanentemente todo o tempo de produção, que transcorre entre o semear e o colher. O trabalho é descontínuo, apesar de a terra de maneira contínua provocar a transformação das sementes em trigo" (ARON, op.cit., p.613).



tal a partir do tempo de trabalho e seus movimentos ao longo da história. Ao turista, enquanto indivíduo em uso de seu tempo livre, são permitidas sensações que o mundo das obrigações não aceita, por isso sua importância no processo civilizador.

O turismo é um fenômeno social moderno nascido das contradições da maquinaria produtiva da própria modernidade – incorporando inúmeras interfaces capitalistas e seus respectivos mecanismos de acumulação e (re)produção de desigualdades. A complexidade do fenômeno turístico congrega múltiplos atores sociais, conteúdos e funções. Ao captar variadas configurações que o constitui, o turismo incorpora dimensões espaciais, econômicas, socioculturais e ambientais, com ênfase na produção de serviços e relações sociais; possibilita encontros e desencontros entre indivíduos e grupos; uma forma *sui generis* de deslocamento do homem no espaço; ícone da modernidade em movimento; expressão da cultura viva que se movimenta por territórios; a interação móvel entre lugares, etnias, indivíduos e agrupamentos sociais. Abrange uma multiplicidade de setores da economia, mas não se restringe a ela:

El turismo es un fenómeno social que consiste en el desplazamiento voluntario y temporal de individuos o grupos de personas que, fundamentalmente por motivos de recreación, descanso, cultura o salud, se trasladan de su lugar de residencia habitual a otro, en el que no ejercen ninguna actividad lucrativa ni remunerada, generando múltiples interrelaciones de importancia social, económica y cultural (La Torre, 1980, p.19).

Não obstante, Moesch (2003, p.27) concebe o turismo como elemento a intervir, em termos potenciais, nos valores culturais e comportamentos humanos. No seu entendimento, o lazer e o turismo são conteúdos de uma mesma questão, já que ambos “são práticas sociais surgidas no sistema capitalista, assim, o imaginários dos sujeitos que os praticam processa-se num tempo de lazer e turismo alienado, representação de uma lógica social de consumo”.

Moesch (2000, p.39) destaca ainda que o tempo e o espaço são categorias essenciais aos estudos turísticos, sendo que “o espaço é tempo cristalizado”, do qual o turismo se



apropriada¹⁷.

No mundo moderno, as relações entre desenvolvimento das forças produtivas e processos de produção engendram novos mecanismos de se efetivar a acumulação, os quais se vinculam, cada vez mais, à *produção do espaço-produção* (CARLOS, 1999, p.178). Diante de tais artifícios, atribui-se valor de uso a novos lugares, à medida que a extensão do capitalismo suscita novas contradições do espaço a partir do processo de reprodução da própria sociedade.

Em termos simbólicos, a sucessão dos dias, meses e anos do calendário se apresenta como uma seqüência irreversível dos acontecimentos naturais e sociais dentro de um devir que não se repete (Elias, 1998). Por conseguinte, as transformações das sociedades humanas se inserem numa série evolutiva contínua, sendo que o universo em que os homens vivem e do qual eles são parte se modifica incessantemente, em movimentos dinâmicos. A conjugação entre espaço e tempo, assim, se dá a partir de variados processos.

O binômio tempo-espaço, neste sentido, pode situar a produção do espaço da Serra de Ibitipoca no fluxo do devir, já que tanto o tempo quanto o espaço não independem da realidade humana. Para Elias (1998), aliás, a determinação do tempo tem funções sociais precisas. E, se o sujeito não se apresenta sozinho diante do mundo, pode-se conceber a produção do espaço enquanto construção das representações sociais humanas no curso do tempo – já que somos, pois, apenas um prolongamento não planejado de sociedades anteriores à nossa. Assim, os fenômenos sociais presentes e futuros só podem ser compreendidos e explicados a partir de remissões às estruturas das sociedades do passado.

Como exemplo, podemos dizer que o eixo sul/sudeste da atual Serra de Ibitipoca é um espaço turístico por eminência, mas não o é em sua essência. Consiste na produção conjunta de demandas sociais ao longo do tempo, um espaço produzido e apropriado por uma sucessão de gerações passadas, presentes e futuras. É possível que se apresente a nós, hoje, enquanto espaço eminentemente turístico, pelas imagens do presente, o presente histórico. Mas antes se configurava enquanto espaço

¹⁷ “... o fenômeno turístico constitui-se de espaço e de tempo, como práticas sociais, os quais se reconstruem a partir de determinações econômicas e tecnológicas” (Moesch, 2000, p.47).



agrário. Num passado colonial, contudo, fora funcional à mineração do ouro. O fragmento de sua funcionalidade atual, assim, se curva aos movimentos da sua própria história. Pode até ser funcional ao turismo agora e então; mas não significa que assim o será além e depois.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do tempo e seus enigmas representam assim um desafio à sustentação teórico-metodológica das pesquisas em turismo, uma vez que o seu objeto de estudo não é a- histórico. No contexto da pesquisa que desenvolvemos na Serra de Ibitipoca (MG), interessava aos propósitos do projeto de pesquisa confrontar categorias de análise que pudessem servir de subsídio empírico para estudarmos as transformações que o turismo conferiu ao lugar, em termos comparativos. A categoria tempo, então, foi tomada como um aspecto da vida social a ser estudado.

As forças produtivas verificadas em Ibitipoca não apenas intervêm como recriam modos de organização social. Turismo e Agricultura, enquanto esferas produtivas diferenciadas, suscitam a coexistência, a (des)integração ou a superposição de distintas formas de relações de produção, engendrando e acentuando desigualdades a partir dos diferenciados ritmos de desenvolvimento.

O tempo, enquanto categoria de análise, pode servir aos propósitos de se produzir conhecimento em turismo, auxiliando a determinar os aspectos de organização da vida social que permeiam tal fenômeno, bem como o sentido das transformações que o turismo causa nos lugares.

Em relação ao contexto específico estudado, podemos dizer que a gênese do turismo em Ibitipoca é um elemento de periodização, um ponto de ruptura que se projeta enquanto recorte temporal diagnosticado pela pesquisa; um contraponto à concepção linear do tempo, mas que é útil à tarefa de se determinar posições sucessivas no interior de um processo *continuum*, diacrônico – esboçando o ‘antes’ e o ‘depois’ pelos olhos do ‘agora’.

Sendo assim, tem-se enquanto constatação que o turismo na Serra de



Ibitipoca:

- a. É um processo de intervenção social que se estende por um dado espaço de forma não-planejada e não-intencional, produzindo-o e transformando-o, a partir de uma sucessão estruturada de mudanças no curso do tempo. Sendo assim, a atividade turística pode até ser planejada, mas os processos sociais derivados dela não o são – já que há dimensões que escapam ao controle humano direto, como os usos culturais do tempo;
- b. Se afigura na especificidade dos mecanismos históricos e sociais de produção do espaço analisado.

A partir do momento que as mudanças e os sentidos dos usos culturais do tempo são conhecidos, torna-se possível mapear o padrão de interdependência do “presente” eminentemente “turístico” em relação a um “passado” predominantemente “camponês” que ainda está atuando sobre os espaços, indivíduos e grupos sociais em Ibitipoca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARON, Raymond. *O Marxismo de Marx*. Tradução: Jorge Bastos. São Paulo: Arx, 2003.
- BEDIM, Bruno P. *O Paraíso do Capital: intervenções socioeconômicas do turismo na Serra de Ibitipoca (MG)*. Ouro Preto: Editora UFOP, 2016.
- BEDIM, Bruno P. *O processo de intervenção social do turismo na Serra de Ibitipoca (MG): simultâneo e desigual, dilema camponês no “Paraíso do Capital”*. 406 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Belo Horizonte: IGC-UFMG, 2008.
- BEDIM, Bruno P. *Turismo e Mudanças socioculturais em Conceição de Ibitipoca (MG)*. Monografia. UFOP: Ouro Preto, 2005. 99 f.
- BOSI, Alfredo. Plural, mas não caótico. In: _____. (Org). *Cultura brasileira*:



temas e situações. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1992, pp.7-15.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto da terra*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do espaço. In: _____ (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p.173-186.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

DIEGUES, Antonio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. 4ª. ed. São Paulo: Annablume/ Hucitec: USP, 2002.

ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LEFEBVRE, Henri. *O pensamento de Lenine*. Lisboa: Moraes Editores, 1969a.

_____. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969b.

_____. Entrevista de Henri Lefebvre ao Le Monde (Entrevistado por Olivier Corpet e Thierry Paquot, em dez. 1982). In: *Idéias contemporâneas*. São Paulo: Ática, 1989. p.131-60.

MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Revista de Antropologia*, São Paulo, FFLCH/USP, n.34, p.197-221, 1991.

LA TORRE. Oscar de. *El turismo: fenómeno social*. México: F.C.E., 1980.

LEFF, Enrique. *Ecologia, Capital e Cultura*. Trad. Jorge E.da Silva. Blumenau: FURB, 2000.

MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Revista de Antropologia*, São Paulo, FFLCH/USP, n.34, p.197-221, 1991.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. *O Capital, Livro I, v.1*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MOESCH, Marutschka M. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Turismo e lazer: conteúdos de uma única questão. In: MARCELLINO, N. C.

Formação e Desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte. Campinas:



TEMPO, CULTURA CAMPONESA E A TRANSIÇÃO DOS FLUXOS: UM ENSAIO TEÓRICO A PARTIR DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DE IBITIPOCA (MG)

Bedim, 2025.

Papirus,2003.p.19-30

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. *Estudos CEBRAP*, Petrópolis (RJ), Editora Vozes, n.26, p.41-80, 1980.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. In: *Anuário antropológico/87*, p.11-73